



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## LICITAÇÃO/JUCEMG - MENOR PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 15/2012 - PROCESSO 2251003 000043/2012

## AQUISIÇÃO DE LIVROS TÉCNICOS E JURÍDICOS

### EDITAL

#### RECIBO

A Empresa \_\_\_\_\_

retirou este Edital de Licitação e deseja ser informada de qualquer alteração pelo

e-mail: \_\_\_\_\_

ou pelo telefone/fax: \_\_\_\_\_

Local e Data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

\_\_\_\_\_  
(tradução da assinatura em letra de forma)

OBSERVAÇÃO: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO AO SERVIÇO DE LICITAÇÃO DA JUCEMG pelo e-mail [licita@jucemg.mg.gov.br](mailto:licita@jucemg.mg.gov.br) ou pelo fax (0XX31) 3235-2357 para eventuais comunicações aos interessados, quando necessário.

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS não se responsabiliza por comunicações à empresa que não encaminhar este recibo ou prestar informações incorretas no mesmo.



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## LICITAÇÃO/JUCEMG - MENOR PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 15/2012 - PROCESSO 2251003 000043/2012

### AQUISIÇÃO DE LIVROS TÉCNICOS E JURÍDICOS

#### EDITAL

#### ÍNDICE

01	PREÂMBULO.....	03
02	DO OBJETO.....	03
03	DO ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO.....	04
04	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	05
05	DO CREDENCIAMENTO.....	06
06	DA PROPOSTA COMERCIAL.....	07
07	DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	10
08	DA SESSÃO DO PREGÃO.....	15
09	DOS RECURSOS.....	19
10	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	20
11	DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.....	20
12	DA RESCISÃO.....	21
13	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	21
14	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	23
15	DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO.....	24
16	DOS PRAZOS, CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO.....	24
17	DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	28
18	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	28
	ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	30
	ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.....	33
	ANEXO III – DECLARAÇÕES.....	37
	ANEXO IV – AUTORIZAÇÃO FORNECIMENTO.....	38



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## LICITAÇÃO/JUCEMG - MENOR PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 15/2012 - PROCESSO 2251003 000043/2012

### AQUISIÇÃO DE LIVROS TÉCNICOS E JURÍDICOS

#### EDITAL

#### 1 – PREÂMBULO

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS realizará a licitação na modalidade de pregão eletrônico, em sessão pública, através do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), para a AQUISIÇÃO DE LIVROS TÉCNICOS E JURÍDICOS, com especificação, quantitativos e demais condições contidas neste edital e em seus Anexos.

Este pregão será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002, Lei Estadual nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001 e pelos Decretos Estaduais nº. 44.786, de 19 de abril de 2008, nº. 44.431, de 29 de dezembro de 2006, nº. 44.630, de 03 de outubro de 2007, nº. 37.924, de 16 de maio de 1996, nº. 45.035, de 02 de fevereiro de 2009, 45.036, de 04 de fevereiro de 2009, 45.902/2012, pela Resolução Conjunta SEPLAG/JUCEMG nº. 6419, de 30 de novembro de 2007, pela Resolução SEPLAG nº. 058, de 30 de novembro de 2007, com suas alterações posteriores, e Resolução SEPLAG nº 009, de 16 de fevereiro de 2009.

**1.1** - O Pregão será realizado pelo Pregoeiro Euler Souza Santiago e como Pregoeira Suplente Silvana Aparecida do Carmo de Faria, e Equipe de Apoio, constituída pelos seguintes servidores: Rudney Eustáquio Soares Alvarenga, Ruth Simone da Silva Campos, Sérgio Ribeiro Cortes de Araújo, Fernanda Camargos Caldeira Brant e Felipe Almeida Pereira, designados através da Portaria nº. P-5/2012, de 13 de janeiro de 2012.

**1.2** - A abertura da sessão de pregão terá início no dia **04 de julho de 2012, às 09:30 horas**.

**1.2.1** - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

#### 2 - DO OBJETO

**2.1** - Constitui objeto da presente licitação a AQUISIÇÃO DE LIVROS TÉCNICOS E JURÍDICOS, cuja especificação, quantitativos e demais condições constitui o **Anexo I** deste Edital.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### 3 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

**3.1** – Os pedidos de esclarecimentos, referente ao processo licitatório, poderão ser realizados por qualquer pessoa, inclusive licitante, e deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), até o 5º (quinto) dia após a publicação do aviso do Edital.

**3.2** – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, por escrito, por meio do e-mail [licita@jucemg.mg.gov.br](mailto:licita@jucemg.mg.gov.br).

**3.2.1** – Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão identificar-se (CNPJ, nome empresarial e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail).

**3.2.2** – Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, por escrito, por meio e e-mail também àqueles que enviaram solicitações de retirada do edital.

**3.3** – Qualquer pessoa, inclusive licitante, poderá impugnar os termos do presente Edital até o 5º (quinto) dia após a publicação do aviso do mesmo, cabendo ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**3.3.1** – O interessado deverá apresentar instrumento de impugnação dirigido ao Pregoeiro, a ser protocolizado junto ao Serviço de Licitação e Compras, Av. Santos Dumont, 380 – 6º andar – Centro – Belo Horizonte/MG – Fone: 3235-2357, no horário de 08h00min (oito) às 17h00min (dezessete) horas, observado o prazo no subitem 3.3, deste ato convocatório, fundamentando o alegado e, se for o caso, juntar as provas que se fizerem necessárias.

**3.3.2** – Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados.

**3.4** – Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas serão divulgados pelo Pregoeiro no Portal de Compras por meio do endereço <http://www.compras.mg.gov.br>.

**3.4.1** – As resposta aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

**3.5** – Qualquer modificação o Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

### 4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**4.1** - Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.1.1 - A participação na presente licitação é limitada a licitantes enquadrados como micro empresa ou empresa de pequeno porte conforme o disposto no art. 6º do Decreto nº 44.630/2007, de 03 de outubro de 2007 alterado pelo Decreto 45.749, de 05 de outubro de 2011 e pelo artigo 3º da Resolução SEPLAG nº 58/2007, de 30 de novembro de 2007.

**4.2** – Não poderão participar da presente licitação as empresas que:

**4.2.1** – Encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País.

**4.2.2** – Estiverem suspensas para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual.

**4.2.3** – Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

**4.2.4** – Possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado do Governo do Estado de Minas Gerais ou que tenham vínculo há menos de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação deste Edital.

**4.2.5** – Estejam constituídas sob a forma de consórcio.

**4.2.6** – Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

**4.2.7** – Não enquadradas como Micro e Empresas de Pequeno Porte.

**4.3** – É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

**4.4** – Cada licitante apresentará uma só proposta de acordo com as exigências deste Edital.

**4.5** – O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

**4.6** – A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

### **5 - DO CREDENCIAMENTO**

**5.1** - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão credenciar-se pelo sítio [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), opção *Cadastro de fornecedores*, conforme instruções nele contidas, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização do Pregão Eletrônico.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**5.1.1** – Cada Fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.

**5.2** - O fornecimento da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor e de cada representante, qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema, eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que utilizada indevidamente por terceiros.

**5.2.1** – O fornecedor responsabiliza-se por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante, sendo que o credenciamento do fornecedor implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.

**5.3** - As informações complementares a respeito do credenciamento serão obtidas no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores – LigMinas - telefone: **155** (para Capital ou cidades do interior de Minas Gerais) ou **(31) 3303 7999** (para outras localidades e celular).

**5.4** – O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V, da Lei Complementar Federal nº 123/06, disciplinados no Decreto Estadual nº 44.630/07 e pela Resolução SEPLAG nº 6419/2007, deverá comprovar a condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, no momento do seu credenciamento no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF, conforme item 5.1, com a apresentação de:

**5.4.1** – Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte;

**5.4.2** – Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a declaração de enquadramento arquivada ou a certidão de breve relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte;

**5.4.3** – Na hipótese de o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas não emitir o documento mencionado no item 5.4.2 deste artigo, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, deverá ser apresentada, perante o CAGEF, declaração de porte feita pelo representante da empresa, sob as penas da lei, mediante a comprovação dessa circunstância.

### 6 – DA PROPOSTA COMERCIAL

**6.1** - A proposta eletrônica deverá ser enviada através do sítio [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), na opção “FORNECEDOR”, até o horário estabelecido no subitem 1.2 deste Edital, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do sistema, de que tem pleno



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

conhecimento e que atende às exigências de habilitação e demais condições da proposta comercial previstas no Edital e seus Anexos.

**6.2** - Todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, para o objeto da presente licitação, serão tacitamente aceitas pela licitante, no ato do envio de sua proposta comercial eletrônica.

**6.3** - Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os itens de despesas, seja qual for o seu título ou natureza, dentre os quais, os relativos a:

**6.3.1** - tributos;

**6.3.2** - encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, de acidente do trabalho, fiscais, comerciais;

**6.3.3** - seguros;

**6.3.4** - serviços de transporte (vertical e horizontal), externo e no interior do prédio-sede da JUCEMG;

**6.3.5** - despesas com serviços de deslocamentos, relativamente aos empregados do fornecedor destacados para o a execução do fornecimento, objeto desta licitação;

**6.3.6** - lucro e administração;

**6.3.7**- custos com mão de obra especializada, equipamentos para execução do fornecimento dos produtos, materiais, ferramentas, acessórios, e tudo aquilo que se fizer necessário ao fornecimento, objeto desta licitação;

**6.3.5** - quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto desta licitação, ficando a cargo, única e exclusivamente, da empresa contratada, e não serão, em hipótese alguma, transferidos para a JUCEMG, de forma que toda a responsabilidade, em relação ao fornecimento de que se trata, prevista na legislação pertinente e vigente é da empresa contratada.

**6.4** – Encerrada a etapa de lances, a licitante classificada em primeiro lugar deverá, na forma e no prazo estabelecido no **subitem 8.3.4** deste Edital, encaminhar a proposta comercial, na forma física, contendo todas as condições a seguir estabelecidas:

**6.4.1** - A proposta comercial física deverá ser elaborada conforme modelo constante do ANEXO II deste Edital, observadas todas as especificações e condições nela exigidas, assim como, todas as especificações e condições exigidas no ANEXO I deste Edital, e deverá conter os seguintes elementos:

a) o nome empresarial da licitante, CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal, quando for o caso, endereço completo, número de telefone, fax, e-mail, bem como,



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

nome do banco, número da conta e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos.

**b)** a indicação do lote, item, quantitativos e especificação do material;

**c)** a declaração de que nos preços propostos, estão incluídos todos os itens de despesas, seja a que título for o seu título ou natureza, relativas ao fornecimento, objeto desta licitação, observado o subitem **6.3** deste Edital;

**d)** os preços e valores unitários e totais dos materiais, na forma estabelecida no ANEXO II deste Edital, em moeda corrente nacional, em algarismo, com duas casas decimais após a vírgula;

**e)** os preços são fixos e irremovíveis;

**f)** o preço total global;

**g)** as condições de pagamento, observado o **item 16** deste Edital;

**h)** a validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias;

**i)** a declaração de aceitação de forma integral e irrevogável dos termos e condições deste Edital e seus anexos.

**j)** quando for o caso, as observações que a licitante considerar pertinentes, desde que não contrariem este Edital e seus anexos.

**k)** Declaração de que atende plenamente todas as condições técnicas exigidos no ANEXO I deste Edital.

**l)** O prazo de entrega dos produtos;

**m)** data e assinatura do representante legal da empresa proponente, com identificação de seu nome abaixo da assinatura.

**6.4.2** - O prazo de validade da proposta, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da presente licitação, **subitem 1.2** deste Edital.

**6.4.3** - Quaisquer despesas necessárias à consecução do objeto desta licitação deverão estar incluídas no preço proposto, não sendo admitidos quaisquer acréscimos, em decorrência de omissão ou erro da licitante ou a que título for.

**6.4.4** - A proposta não poderá impor condições ou conter opções.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 6.4.5** - A Administração não se responsabilizará por proposta física, de que trata o **subitem 6.4** deste edital, que não seja entregue ao Pregoeiro designado, no local e no prazo estabelecido **subitem 8.3.4** deste Edital.
- 6.4.6** - O Pregoeiro, no interesse da Administração poderá adotar medidas saneadoras para julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo e relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.
- 6.4.7.** Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada. Após este prazo, não será admitido cancelamento, inclusão ou exclusão de documentos, retirada da proposta ou alteração nas suas condições, ficando o licitante, em caso de descumprimento, sujeito à suspensão ou cancelamento do seu registro cadastral, de acordo com as previsões legais, além da inclusão no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual, instituído pela Lei Estadual nº. 13.994, de 18/09/2001.
- 6.4.8** – Conhecendo todas as exigências técnicas e jurídicas deste Edital, o interessado somente poderá apresentar proposta, se atendê-las plenamente. Fica a licitante que apresentar propostas, sem a observância integral das exigências técnicas e jurídicas, constantes deste instrumento convocatório, sujeito às penalidades nele previstas, podendo ainda, ser responsabilizada por prejuízos causados à Administração Pública.
- 6.5** – Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais ficam isentos do ICMS, conforme dispõem o art. 6º e o item 136, da Parte I, do Anexo I, do Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002, e suas alterações posteriores.
- 6.5.1** – Os fornecedores mineiros deverão informar nas propostas enviadas, pelo sistema eletrônico, os preços sem a dedução relativa à isenção do ICMS.
- 6.5.2** – A classificação das propostas, a etapa de lances e o julgamento serão realizados a partir dos preços sem a dedução do ICMS, inclusive para os fornecedores mineiros.
- 6.6** – O licitante declarado vencedor deverá enviar, juntamente com os documentos de habilitação, a proposta comercial na forma física, adequada aos valores finais ofertados durante a sessão do pregão.
- 6.6.1** – O licitante mineiro, declarado vencedor, deverá informar na proposta comercial física, os preços com o ICMS e os preços resultantes de sua dedução.
- 6.6.2** – O disposto no subitem anterior não se aplica às empresas mineiras enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, optantes pelo regime do Simples Nacional, que deverão apresentar em suas propostas apenas os preços com ICMS.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**6.6.3** – As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte mineiras de que trata o subitem anterior, deverão anexar em suas propostas comerciais físicas, a ficha de inscrição estadual na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o pregoeiro, na sua falta, consulta a opção por este regime, através do site: [http://www8.receita.fazenda.gov.br/Simples Nacional/](http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/).

**6.6.4** – Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte apresente restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal, deverá declarar, no campo próprio do Portal de Compras – MG, que atende às demais exigências da habilitação.

### 7 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

**7.1** – Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro fixará o prazo para que a licitante classificada em primeiro lugar presente, na forma e no prazo fixado no subitem 8.3.4 deste Edital, os documentos de habilitação a seguir descritos:

#### **7.1.1 - DA REGULARIDADE JURÍDICA (apresentar apenas UM, entre os documentos abaixo indicados):**

**7.1.1.1** – Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais, das declarações constantes no Anexo III deste Edital e do contrato.

**7.1.1.1.1** – Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(s) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

**7.1.1.2** – Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

**7.1.1.3** – Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias ou cooperativas e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

**7.1.1.4** – Ato Constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, Acompanhado de prova da diretoria em exercício;

**7.1.1.5** – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade o exigir.

#### **7.1.2 - DA REGULARIDADE FISCAL (apresentar TODOS os documentos abaixo indicados):**

**7.1.2.1** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**7.1.2.2** – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Certame;

**7.1.2.3** - CRF - Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), expedido pela Caixa Econômica Federal, em vigor, conforme legislação própria;

**7.1.2.4** - CND - Certidão Negativa de Débito do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), em vigor, conforme legislação própria;

**7.1.2.5** - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pela Receita Federal do Brasil, em vigor, conforme legislação própria;

**7.1.2.6** - Prova de Situação Regular para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito, em vigor, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda ou Órgão Equivalente do Estado onde se encontra estabelecida a sede ou filial da licitante, pela qual se efetuará a emissão da nota fiscal/fatura do objeto da presente licitação.

**7.1.2.6.1** – Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário – CDT, que poderá ser solicitada pelo site [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br).

**7.1.2.7** - Prova de Situação Regular para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito, em vigor, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda ou Órgão Equivalente do Município onde se encontra estabelecida à sede ou filial da licitante, pela qual se efetuará a emissão da nota fiscal/fatura do objeto da presente licitação;

**7.1.2.8** – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, conforme estabelecido na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011 - CNDT.

### **7.1.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (apresentar TODOS os documentos abaixo indicados):**

**7.1.3.1** - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da presente licitação, estabelecidas no Anexo I, através da apresentação de atestado(s) de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deverá(o) conter:



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**7.1.3.1.1** – Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax);

**7.1.3.1.2** – local e data de emissão;

**7.1.3.1.3** – nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;

**7.1.3.1.4** – comprovação de capacidade de fornecimento de pelo menos, 100% (cem por cento) da quantidade apresentada no Anexo I deste Edital;

**7.1.3.1.5** – Para atendimento do quantitativo previsto no ANEXO I deste Edital, será permitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto desta licitação.

### **7.1.4 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (apresentar TODOS os documentos abaixo indicados):**

**7.1.4.1** - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extra judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida, no máximo, nos 60 (sessenta) dias que antecedem à data prevista para a abertura desta licitação;

**7.1.4.2** - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, assim apresentados:

**7.1.4.2.1** - sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor.

**7.1.4.2.2** - sociedades empresárias e sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional): fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;

**7.1.4.2.3** - No caso de pequenas empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, o balanço patrimonial poderá ser



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

substituído pela Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do último Exercício;

**7.1.4.2.4** - Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor.

**7.1.4.2.5** - o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**7.1.4.2.6** - a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou maiores que 01 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**7.1.4.2.7** - As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, devendo esse memorial ser assinado pelo representante legal da licitante e pelo seu contador, fazendo constar deste documento o número de seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

**7.1.4.2.8** - No caso da licitante apresentar resultado inferior a 1 (um), em qualquer um dos índices apresentados no subitem 7.1.4.2.6, o mesmo deverá apresentar comprovação de Capital Social integralizado ou o valor do patrimônio líquido mínimo de 5% sobre o valor do lance vencedor.

**7.1.4.2.9** - Na hipótese da apresentação da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do último exercício, previsto no subitem 7.1.4.2.3 deste Edital, a comprovação do patrimônio líquido poderá ser feita mediante a apresentação de outro instrumento legal.

### 7.1.5 – DECLARAÇÕES



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**7.1.5.1** – Declaração de que o licitante não é declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual. Conforme modelo contido o **Anexo III** deste Edital.

**7.1.5.2** – Declaração de que o licitante não possui, em seu quadro, trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que em nenhuma hipótese emprega trabalhadores menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei. Conforme modelo contido no **Anexo III** deste Edital.

### **7.2 - DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:**

**7.2.1** – Para fins de atendimento ao disposto no **subitem 8.3.4** deste Edital, parte final, os documentos necessários à HABILITAÇÃO, indicados neste item 7 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por publicação em Órgão de Imprensa Oficial ou, por cópia reprográfica, para autenticação por servidor da JUCEMG, mediante a apresentação do documento original, que será devolvido à licitante.

**7.2.1.1** - Os documentos indicados no subitem 7.1.2 apresentados por impressão via INTERNET, somente serão aceitos se neles estiver impresso o sítio que o disponibilizou, e houver a possibilidade da conferência de sua veracidade.

**7.2.2** - Toda a documentação apresentada pelos interessados, para fins de habilitação, deverá pertencer à matriz ou filial que efetivamente executará o fornecimento, objeto da presente licitação, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) deverá ser o mesmo em todos os documentos, com as seguintes exceções:

**7.2.2.1** - Quando a licitante apresentar-se como filial, poderá ser apresentada com o CNPJ da Matriz, o CRF relativo ao FGTS (subitem 7.1.2.3) e a CND relativa ao INSS (subitem 7.1.2.4), desde que o interessado comprove que o recolhimento do FGTS e do INSS é realizado de forma centralizada.

**7.3** - A licitante inscrita no Cadastro Geral de Fornecedores da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG/MG, poderá substituir os documentos exigidos no subitem 7.1 deste Edital, pelo Certificado de Registro Cadastral Completo - CRCC, ou, ainda, pelo Certificado de Registro Cadastral Simplificado - CRCS, exceto aqueles não contemplados pelos respectivos certificados, observando-se que, no caso dos documentos ali indicados se estiverem com seu prazo de validade vencido, a licitante deverá apresentá-los com validade em vigor.

**7.4** – A licitante legalmente enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Decreto Estadual nº 44.630, de 03 de outubro de 2007, deverá apresentar os documentos relativos à habilitação fiscal, ainda que existam pendências.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**7.4.1** – No caso de existência de pendências será concedido à licitante, o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável por igual período, contados de sua declaração como vencedora do certame, para que possa regularizar a documentação relativa à regularidade fiscal.

**7.4.2** – A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para apresentação dos documentos de habilitação, na ordem de classificação, ou revogar o processo licitatório.

**7.5** – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

### **8 - DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO**

**8.1** - No horário estabelecido no preâmbulo deste Edital, subitem 1.2, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do pregão eletrônico, com análise das propostas comerciais.

**8.1.1** – As propostas comerciais serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

#### **8.2 – DOS LANCES:**

**8.2.1** – O pregoeiro divulgará através do Portal de Compras – MG, o resultado da análise de propostas e convidará os licitantes a apresentarem lances por meio do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e as regras de aceitação dos mesmos.

**8.2.2** - Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgadas, em tempo real, todas as mensagens trocadas no *chat* do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado apresentado pelas licitantes, vedada à identificação do fornecedor.

**8.2.3** – Durante toda a sessão de lances, o sistema permitirá que o licitante cubra o seu próprio lance e não obrigatoriamente o de menor valor da sessão. Neste caso, será considerado como lance vencedor do lote apenas o de menor valor.

**8.2.4** - Serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, desde que sejam de fornecedores diferentes. Neste caso, a ordem de classificação seguirá a ordem cronológica de recebimento dos lances.

**8.2.5** - Caso a licitante não realize lances, será considerado o valor da proposta comercial eletrônica apresentada para efeito da classificação final.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**8.2.6** - No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.2.6.1** – Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

**8.2.7** – O pregoeiro divulgará o início do tempo randômico, cuja duração será de 05 (cinco) até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances.

**8.2.8** – Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

### 8.3 – DO JULGAMENTO:

**8.3.1** - O critério de julgamento será o **menor preço global ofertado por lote**, obtido de acordo com o Anexo II deste Edital.

**8.3.2** - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da melhor oferta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**8.3.2.1** – Caso não sejam realizados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.

**8.3.3** – Caso haja apenas uma proposta, esta será aceita desde que atenda a todos os termos do Edital e seus anexos, e que o seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação.

**8.3.4** - Encerrada a etapa de lances, o sistema informará quem é a licitante detentora da melhor oferta e esta deverá comprovar, no prazo máximo de **60 (sessenta)** minutos, sua situação de regularidade, **devendo esta comprovação se dar** mediante encaminhamento da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e da proposta comercial (conforme modelo **Anexo II** deste Edital) atualizada com os valores obtidos no Pregão, via Fax: (0XX31) 3235-2357 ou por meio eletrônico, pelo e-mail [licita@jucemg.mg.gov.br](mailto:licita@jucemg.mg.gov.br), com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, para o seguinte endereço: Av. Santos Dumont, 380, 6º andar, Centro, Belo Horizonte/MG – Serviço de Licitação.

**8.3.4.1** – Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender às exigências fixadas neste Edital ou apresentar preços manifestamente inexecutáveis.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**8.3.4.2** – Caso o pregoeiro entenda que o preço é inexequível, deverá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço.

**8.3.4.3** – Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado serão admitidos:

**8.3.4.3.1** – Planilha de custos elaborada pelo licitante;

**8.3.4.3.2** – Documento que comprove o fornecimento em andamento com preços semelhantes;

**8.3.4.4** – Verificada a inexequibilidade do preço, o pregoeiro poderá convocar os licitantes detentores das ofertas imediatamente superiores, na ordem de classificação, para apresentação da documentação e proposta comercial.

**8.3.5** – Se a melhor proposta ou lance não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação, para exame de seus documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

**8.3.6** – Após a apuração da melhor proposta válida, observada a classificação das propostas até o momento, será assegurado às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte o direito de preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

**8.3.6.1** – O Sistema convocará a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte detentora da melhor proposta dentre aquelas que estejam na situação de empate, ou seja, cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) em relação ao valor apresentado pelo proponente vencedor, para que apresente novo lance, inferior, ao melhor lance, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

**8.3.6.2** – Realizado novo lance, nos termos do subitem anterior, o pregoeiro examinará a aceitabilidade deste, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**8.3.6.3** – Sendo aceitável a nova oferta de preço, a confirmação das condições habilitatórias da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte obedecerá ao procedimento previsto no item 8.3.4.

**8.3.6.3.1** – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogável por igual período, para a devida e necessária regularização.

**8.3.6.3.2** – A não regularização da documentação, no prazo deste item, implicará a decadência do direito à contratação.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**8.3.6.3.3** – Se houver a necessidade de abertura do prazo para a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte regularizar sua documentação fiscal, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no “chat” que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados o site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

**8.3.6.4** – Se a microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não apresentar proposta de preços ou não atender às exigências de habilitação, o sistema convocará as pequenas empresas remanescentes que estiverem na situação de empate prevista no subitem 8.3.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**8.3.6.5** – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

**8.3.6.6** – Caso não haja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte dentro da situação de empate ou não ocorra a apresentação de novo lance ou não sejam atendidas às exigências documentais de habilitação, será declarado vencedor o licitante originalmente detentor da melhor oferta.

**8.3.6.7** – O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por Microempresa ou por Empresa de Pequeno Porte.

**8.3.7** – Após a aplicação do critério de desempate, se houver, o pregoeiro poderá negociar com o autor da melhor oferta com vistas à redução do preço;

**8.3.8** – Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o pregoeiro declarará o licitante vencedor que deverá encaminhar a documentação de habilitação original, ou cópia autenticada, e a proposta comercial física, no prazo máximo de 02 (dois) dias, para o seguinte endereço: Av. Santos Dumont, 380 – 6º andar – Centro – Belo Horizonte/MG.

**8.3.9** – Verificada a regularidade da documentação o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor.

**8.3.9.1** – Caso o licitante declarado vencedor seja empresa mineira, serão utilizados os valores com dedução do ICMS para a adjudicação e homologação do certame, exceto quando optante pelo Simples Nacional.

**8.3.10** – O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### 9 - DOS RECURSOS

**9.1** – Declarado o vencedor ou fracassado o lote, os licitantes poderão em até 10 (dez) minutos, manifestar motivadamente, por meio eletrônico em campo próprio a intenção de recorrer.

**9.1.1** – O pregoeiro negará admissibilidade ao recurso quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido.

**9.1.2** – A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer dos licitantes, importará decadência do direito de recurso.

**9.1.3** – Admitido o recurso será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de suas razões.

**9.1.4** – Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados a apresentar contra razões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

**9.2** – A apresentação das razões de recurso e das contra razões, assim como documentos complementares, será efetuada obrigatoriamente mediante protocolo junto a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Serviços de Licitações, na Avenida Santos Dumont, 380 – Centro – Belo Horizonte – Minas Gerais, de 08h00min (oito horas) às 17h00min (dezesete horas), observados os prazos previstos no item 9.1 deste Edital.

**9.2.1** – As razões de recurso e as contra razões também deverão ser anexadas eletronicamente em local indicado no Portal Compras – MG.

**9.3** – Os recursos e contra razões de recurso devem ser endereçados ao pregoeiro, que poderá, motivadamente:

**9.3.1** – reconsiderar sua decisão;

**9.3.2** – manter a decisão, encaminhando o recurso para a autoridade competente, conforme art. 8º do Decreto nº 44.786/2008.

**9.4** – Não serão conhecidos os recursos quando não forem apresentadas as razões ou estas forem apresentadas fora dos prazos estabelecidos.

**9.5** – Os recursos terão efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, exceto quando manifestamente protelatórios ou quando o pregoeiro reconsiderar sua decisão.

**9.6** – Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação de contra razões.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**9.7** – As decisões de eventuais recursos serão divulgadas mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

### 10 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

**10.1** - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da presente licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

**10.2** - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pela Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, esta adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

### 11 – DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

**11.1** – Publicada a homologação do resultado da licitação, o representante legal da licitante cuja proposta foi vencedora, será convocado para assinar e retirar a Autorização de Fornecimento, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data daquela publicação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

**11.2** – O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para assinar e retirar a Autorização de Fornecimento.

**11.2.1** – Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura e retirada da Autorização de Fornecimento, ou recuse-se a assiná-lo e retirá-lo, serão convocados as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para assinar e retirar a Autorização de Fornecimento e desde que estas atendam a todas as exigências do Edital.

**11.2.2** – Na hipótese de convocação dos licitantes remanescentes no pregão, o licitante deverá manter sua última proposta registrada, podendo negociar esse preço, não havendo necessidade de cobrir o preço da proposta mais vantajosa, conforme disposto no art. 18, § 2º, do Decreto nº 44.786/2008.

**11.3** - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura e retirada da Autorização de Fornecimento, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

**11.4** – A licitante vencedora, quando não credenciada no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – SEPLAG/MG, deverá providenciar, imediatamente, o seu credenciamento junto àquele órgão, podendo para tanto fazer uso do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br). O credenciamento é condição exigida para fins de empenho e pagamento do objeto da presente licitação pela JUCEMG.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### 12 – DA RESCISÃO

**12.1** – A anulação da Autorização de Fornecimento poderá ocorrer por qualquer dos motivos enumerados nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

### 13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**13.1** - A recusa do adjudicatário em assinar ou retirar a Autorização de Fornecimento, dentro do prazo estabelecido pela JUCEMG, bem como, o atraso na entrega, caracterizam o descumprimento das obrigações assumidas e permitirão a aplicação das seguintes sanções pela JUCEMG ao adjudicatário ou ao fornecedor:

**13.1.1** - advertência, que será aplicada sempre por escrito;

**13.1.2** – multas, conforme limites máximos estabelecidos pelo Decreto Estadual nº 44.431/2006, que serão descontadas do pagamento que tiver direito o fornecedor, ou, quando for o caso, cobrada judicialmente:

**13.1.2.1** - de 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado.

**13.1.2.2** - de 20% (vinte por cento) sobre o valor total global da Autorização de Fornecimento, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou ainda, no caso de entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio para o uso a que se destina, ou que lhe diminuam o valor, ou ainda, fora das especificações contratadas;

**13.1.3** – anulação da Autorização de Fornecimento pela JUCEMG, sujeitando-se o fornecedor ao pagamento de indenização à JUCEMG, por perdas e danos, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total global da Autorização de Fornecimento.

**13.1.4** - suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, de acordo com os prazos estabelecidos no art. 87, da Lei nº 8.666/93 e no art. 26, § 1º, do Decreto Estadual nº 44.431/2006;

**13.1.5** - indenização a JUCEMG da diferença de custo para contratação de outra licitante;

**13.1.6** - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 2 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 18, inciso IV, do Decreto Estadual nº 44.431/2006;

**13.2** - As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, assegurado o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**13.3** – São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas:

**13.3.1** – não atendimento às especificações técnicas relativas aos bens, objeto desta licitação, previstas na Autorização de Fornecimento;

**13.3.2** – retardamento imotivado do fornecimento dos bens, objeto desta licitação;

**13.3.3** – paralisação do fornecimento dos bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

**13.3.4** – entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

**13.3.5** – alteração de substância, qualidade ou quantidade dos bens fornecidos;

**13.3.6** – fornecimento de bens de baixa qualidade.

**13.4** – A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 13.1.

**13.5** – A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela JUCEMG.

**13.6** – As sanções relacionadas nos itens 13.1.3 e 13.1.6 também poderão ser aplicadas àquelas que:

**13.6.1** – deixar de apresentar documentação exigida para o certame;

**13.6.2** – apresentar declaração ou documentação falsa;

**13.6.3** – ensejar o retardamento do fornecimento, objeto da licitação;

**13.6.4** – não mantiver a proposta;

**13.6.5** – falhar ou fraudar o fornecimento dos bens, objeto desta licitação;

**13.6.6** – comportar-se de modo inidôneo;

**13.6.7** - retardarem a execução do pregão;

**13.6.8** - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública;

**13.6.9** - fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal e;

**13.6.10** – cometer fraude fiscal;



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**13.7** – A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº 44.431/2006.

**13.8** – As sanções relacionadas nos itens 13.1.3 e 13.1.6 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitatar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP.

### 14 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

**14.1** – As despesas decorrentes desta licitação correrão, no presente exercício, à conta da dotação: **2251 23 122 701 2002 0001 3 3 90 30 31 0 60 1, ,** do orçamento vigente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e nos exercícios futuros à conta das dotações que a Lei fixar.

### 15 – DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

**15.1** – O objeto desta licitação será recebido pelo(a) Servidor(a) Responsável pela Biblioteca da Jucemg:

**15.1.1 - Provisoriamente**, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de entrega dos bens, objeto desta licitação e da nota fiscal/fatura, emitida e instruída com os documentos exigidos no subitem 16.3.1 deste Edital, mediante simples recebimento do documento de cobrança assinado por um dos servidores indicados no subitem 15.1 deste Edital, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto da presente licitação com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

**15.1.2 - Definitivamente**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante relatório de gestão, elaborado e assinado pelos responsáveis pelo recebimento do objeto, contendo informações relativas à qualidade dos bens fornecidos, ao controle e forma de pagamento e a confirmação de que os fins, para os quais o objeto desta licitação fora adquirido, foram plenamente atingidos de forma satisfatória para a JUCEMG, observado o disposto no artigo 69 da Lei 8.666/93.

**15.2** - Ainda que recebido em caráter provisório e/ou definitivo subsistirá, na forma da Lei, a responsabilidade do fornecedor pela qualidade, segurança e eficiência do objeto da presente licitação.

**15.3** - A JUCEMG rejeitará no todo ou em parte, o recebimento do objeto desta licitação, que esteja em desacordo com este Edital, seus anexos e o Contrato.

**15.4** - A fiscalização e gestão do fornecimento de que se trata, ficará a cargo do(a) Servidor(a) Responsável pela Biblioteca da Jucemg e será exercida no exclusivo interesse da JUCEMG, não excluindo e nem reduzindo, a responsabilidade do fornecedor, mesmo perante terceiros, por



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

quaisquer irregularidades que se apurem no fornecimento de que se trata, e, na sua ocorrência, não implica em co-responsabilidade da JUCEMG ou de seus agentes.

**15.5** - Estando o objeto da presente licitação em desacordo com o estabelecido neste Edital, seus anexos e a a conseqüente Autorização de Fornecimento, o mesmo será recusado, cabendo ao fornecedor substituí-lo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da data do recebimento da notificação expedida pela JUCEMG, sob pena de aplicação das penalidades e sanções previstas neste Edital e seus anexos.

### 16 - DOS PRAZOS, CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO.

**16.1** - O pagamento será efetuado, em uma única parcela:

- a) no dia 10, ou primeiro dia útil posterior, se os bens forem entregues e aprovados pelos responsáveis pelo recebimento do objeto desta licitação e a nota fiscal de venda for entregue à Gerência de Contabilidade e Finanças da JUCEMG, até o dia 3 do mês de pagamento;
- b) no dia 16, ou primeiro dia útil posterior, se os bens forem entregues e aprovados pelos responsáveis pelo recebimento do objeto desta licitação e a nota fiscal de venda for entregue à Gerência de Contabilidade e Finanças da JUCEMG, entre os dias 4 e 9 do mês de pagamento;
- c) no dia 21, ou primeiro dia útil posterior, se os bens forem entregues e aprovados pelos responsáveis pelo recebimento do objeto desta licitação e a nota fiscal de venda for entregue à Gerência de Contabilidade e Finanças da JUCEMG, entre os dias 10 e 14 do mês de pagamento;
- d) no dia 27, ou primeiro dia útil posterior, se bens forem entregues e aprovados pelos responsáveis pelo recebimento do objeto desta licitação e a nota fiscal de venda for entregue à Gerência de Contabilidade e Finanças da JUCEMG, entre os dias 15 e 20, do mês de pagamento;
- e) no dia 10 ou primeiro dia útil posterior do mês seguinte ao mês de entrega e aprovação, se os bens forem entregues e aprovados pelos responsáveis pelo recebimento do objeto desta licitação e a nota fiscal de venda for entregue à Gerência de Contabilidade e Finanças da JUCEMG, após o dia 20 do mês de entrega e aprovação dos bens.

**16.2** - A nota fiscal deverá ser apresentada à Gerência de Contabilidade e Finanças da JUCEMG, com antecedência de 5 (cinco) dias úteis de seu vencimento e desde que o documento de cobrança esteja corretamente preenchido e instruído e ainda, que os bens tenham sido entregues em condições satisfatórias para a JUCEMG, podendo, em situação excepcional e devidamente justificada, ser admitida a antecipação de pagamento, após a efetiva entrega, com o devido desconto no preço contratado, nos termos do inciso XIV, alínea “d”, do art. 40, combinado com o inciso II, alínea “c”, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e ainda, mediante as seguintes condições:

- a) a notas fiscal/fatura esteja correta e perfeitamente preenchida;



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**b)** os bens, objeto desta licitação, tenham sido entregues, nos termos exigidos nesta licitação e em condições satisfatórias para a JUCEMG;

**c)** que a empresa esteja devidamente credenciada no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG/MG, conforme descrito no subitem 11.4 deste Edital;

**d)** que o verso da nota fiscal fatura contenha o carimbo de recebimento dos bens entregues em condições satisfatórias para a JUCEMG, devidamente datado e assinado pelos servidores indicados no subitem 15.1 deste Edital.

**16.2.1** – sejam juntados ao documento de cobrança:

**16.2.1.1** – Relatório de gestão, elaborado pelo(s) gestor(es) do contrato, contendo informações relativas à qualidade dos bens fornecidos, controle de pagamentos e fundamentalmente se está atingindo os fins para o qual fora adquirido.

**16.2.1.2** - CRF - Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), expedido pela Caixa Econômica Federal, em vigor, conforme legislação própria;

**16.2.1.3** - Certidão Negativa de Débito - CND, do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em vigor, conforme legislação própria;

**16.2.1.4** - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Receita Federal do Brasil, em vigor, conforme legislação própria.

**16.2.1.5** - Prova de Situação Regular para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito, em vigor, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda ou Órgão Equivalente do Estado onde se encontra estabelecida a sede ou filial da licitante, pela qual se efetuará a emissão da nota fiscal/fatura do objeto da presente licitação.

**16.2.1.6** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, conforme estabelecido na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011 - CNDT.

**16.3** – O desatendimento de quaisquer das condições estabelecidas no subitem anterior implicará na retenção do pagamento, obrigando-se o fornecedor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento de notificação da JUCEMG, atender a todas as condições exigidas, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital e seus anexos, podendo ocorrer, no caso de descumprimento do prazo estabelecido, a anulação da Autorização de Fornecimento pela JUCEMG e a aplicação da demais consequências advindas.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**16.4** - O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAF/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do fornecedor, em instituição financeira credenciada pelo Estado.

**16.5** – A validação/emissão de Notas Fiscais referente ao objeto desta licitação, inclusive aquelas emitidas eletronicamente, deverão ser processadas pelo módulo de Fatura Eletrônica – eFatura, disponibilizado no sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços, SIAD, disponível no sítio: [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), conforme dispõe o Decreto nº 45.035/2009.

**16.5.1** – Na impossibilidade de processamento pelo módulo de Fatura eletrônica – eFatura, deverão ser remetidas à JUCEMG as primeiras vias de Nota Fiscal, nos termos do Decreto nº 37.934/96.

**16.6** – Os responsáveis pelo recebimento do objeto da presente licitação e pela fiscalização e gestão da Autorização de Fornecimento, à vista de parecer fundamentado e/ou tendo em vista a verificação a que eles próprios tiverem procedido, recomendará a liberação em favor do fornecedor, da quantia que a este for devida, cumpridos os requisitos fiscais e contábeis.

**16.7** - Compete à JUCEMG, observado o disposto nos itens anteriores, autorizar o pagamento da(s) quantia(s) devida(s), o qual se efetivará dentro dos prazos estabelecidos no subitem 16., conforme o caso, deste Edital.

**16.8** - A nota fiscal/fatura não aprovada pela JUCEMG, será devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, contando-se os prazos estabelecidos no subitem 16.1 deste Edital, a partir da data de sua reapresentação.

**16.9** - A devolução da nota fiscal/fatura não aprovada pela JUCEMG, em hipótese alguma, servirá de pretexto, para que o fornecedor suspenda o fornecimento do objeto desta licitação.

**16.10** - Ocorrendo atraso no pagamento, por culpa exclusiva da JUCEMG, o pagamento será efetuado com atualização financeira calculada de acordo com a variação “pro rata tempore” do INPC, entre as datas do vencimento e a do efetivo pagamento, salvo adoção de outro índice que venha substituí-lo, conforme legislação vigente.

**16.11** - É da responsabilidade do fornecedor, o pagamento de quaisquer encargos financeiros que venham recair sobre o faturamento dos bens, objeto desta licitação, por atraso de pagamento ou recolhimento de quaisquer encargos ou tributos, quando este ocorrer por sua exclusiva culpa, podendo a JUCEMG deduzir do pagamento a ser efetuado ao fornecedor, os valores correspondentes a esses encargos.

**16.12** – É da exclusiva responsabilidade do fornecedor, quando da emissão da nota fiscal/fatura, destacar, quando exigível, no corpo daquele documento, os percentuais e valores para retenção e recolhimento pela JUCEMG, em conformidade com as exigências legais e contratuais, em especial as de natureza fiscal.

**16.13** – A licitante vencedora, quando contratada, deverá destacar no corpo da(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s), o correspondente valor dos tributos que porventura incidam sobre a operação, que serão retidos e devidamente recolhidos pela JUCEMG, quando for o caso, observada a legislação vigente.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### 17 – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1 – Os preços são fixos e irreajustáveis.

### 18 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após encaminhamento das propostas, não serão aceitas alegações de desconhecimento.

18.2 - Até o quinto dia após a publicação do aviso do edital, contado na forma do parágrafo único do art. 10, do Decreto Estadual nº 44.786, de 18 de abril de 2008, qualquer pessoa, inclusive licitante, poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do pregão.

18.2.1 – A petição deverá ser dirigida ao Pregoeiro, por meio do e-mail [licita@jucemg.mg.gov.br](mailto:licita@jucemg.mg.gov.br) que decidirá em 24 (vinte e quatro) horas contados da sua protocolização.

18.2.2 – A não impugnação do presente Edital, no prazo acima estabelecido, implica na decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame, presumindo-se a plena aceitação de seus termos, bem como das condições gerais peculiares do objeto da presente licitação, não podendo as licitantes participantes do certame, após este prazo, invocar, a seu favor, qualquer tipo de desconhecimento, como fato impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento das exigências Editalícias.

18.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

18.4 – É vedado à licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do Pregão.

18.5 - O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93, devendo ser formalizado por meio de termo aditivo.

18.6 - É vedado à licitante vencedora ceder, transferir ou subcontratar total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

18.7 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

18.8 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

18.9 - Caberá à licitante credenciada, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**18.10** – Será dada vista às licitantes interessadas tanto das Propostas Comerciais como da Documentação de Habilitação apresentadas na sessão.

**18.11** – O(a) Presidente(a) da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais compete anular este pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

**18.11.1** – A anulação do Pregão induz à do Contrato.

**18.11.2** – Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório.

**18.12** - Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro, na sessão do Pregão.

**18.13** – As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública e Autarquias, no Foro da cidade de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**18.14** – O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos no Serviço de Licitação da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, na Av. Santos Dumont, 380, 6º andar, Centro - BH/MG, de segunda à sexta-feira, no horário de 09h00 às 17h00 horas, no valor de R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos), para cobrir os custos de sua reprodução, ou ainda poderá ser obtido pelos sites: [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) ou [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br).

**18.14.1** - Os interessados deverão recolher, nos bancos credenciados: **Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Mercantil do Brasil e Banco Bradesco**, o valor atinente à reprodução do Edital, através do Documento de Arrecadação Estadual - DAE, emitido pela Gerência de Contabilidade e Finanças da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, na Av. Santos Dumont, 380, 5º andar, Sala 506, Centro - BH/MG, de segunda à sexta-feira, no horário de 9h00 às 17h00 horas.

**18.15** - Quaisquer informações ou esclarecimentos de dúvidas relativamente a este Edital, serão prestadas e fornecidas, pelo Serviço de Licitação da JUCEMG, à Av. Santos Dumont, 380, 6º andar, Centro - BH/MG, no horário de 9h00 às 17h00 horas de segunda a sexta-feira através do fax (0XX31) 3235-2357 ou pelo e-mail: [licita@jucemg.mg.gov.br](mailto:licita@jucemg.mg.gov.br).

**18.16** - Fazem parte integrante deste Edital, os seguintes anexos:

- ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVO E DEMAIS INFORMAÇÕES
- ANEXO II – PROPOSTA
- ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES
- ANEXO IV – MINUTA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Belo Horizonte, 04 de junho de 2012.

Angela Maria Prata Pace Silva de Assis  
Presidente  
Masp: 0900622-2



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## LICITAÇÃO/JUCEMG - MENOR PREÇO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 15/2012 - PROCESSO 2251003 000043/2012

### AQUISIÇÃO DE LIVROS TÉCNICOS E JURÍDICOS

#### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - OBJETO:

##### 1.1 – AQUISIÇÃO DE LIVROS TÉCNICOS E JURÍDICOS

#### 2 - PRAZO DE ENTREGA:

2.1 - O prazo de entrega, contados da data de recebimento/retirada pelo Adjudicatário, da Autorização de Fornecimento, na sede da JUCEMG:

- **Máximo de 10 (dez) dias.**

#### 3 - LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

3.1 - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, na Av. Santos Dumont, 380 - Centro - Belo Horizonte - Minas Gerais – Biblioteca, de 9h00 às 17h00 horas, de segunda à sexta-feira, em dias úteis.

3.2 - Poderá ocorrer a mudança de endereço da entrega dos produtos, previstos no subitem 1.1 deste Termo de Referência, para os endereços: Rua Rio de Janeiro, 1819 – Lourdes – Belo Horizonte, e Rua Rio de Janeiro, 1801 – Lourdes – Belo Horizonte.

#### 4 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

4.1 - Os produtos objeto desta licitação deverão ser novos, para primeiro uso, não sendo permitido em hipótese alguma, a oferta de produtos/materiais resultantes de processo de condicionamento e/ou remanufaturamento.

4.2 - Os produtos, ainda que recebidos pela JUCEMG, poderão ser rejeitados quando de sua utilização, durante os seus prazos de validade, se verificada alguma anormalidade. A empresa contratada deverá, nesses casos, substituir, sem ônus para JUCEMG, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contadas do recebimento do documento de notificação expedida pela JUCEMG (via fax ou e-mail), por outro produto de mesma especificação, quantidade, qualidade, a critério da JUCEMG, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, inclusive o ressarcimento à JUCEMG dos prejuízos a ela causados.

#### 6 – QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES:



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

LOTE	ITEM	QT	UNID.	TÍTULO DO LIVRO – EDITORA – EDIÇÃO(a mais recente)	AUTOR
01	01	01	Unid.	Teoria da Improbidade Administrativa: Má Gestão Pública, Corrupção, Ineficiência	Osório, Fábio Medina
	02	02	Unid.	Administração Pública	Madeira, José Maria Pinheiro
	03	02	Unid.	As Escolas Hermenêuticas e os Métodos de Interpretação da Lei	Mazotti, Marcelo
	04	01	Unid.	Nova Previdência Social do Servidor Público : De acordo Com as Emendas Constitucionais 41/2003 e 47/2005	Dias, Eduardo Rocha; Macêdo, José Leandro Monteiro de
	05	02	Unid.	Servidor Público na Atualidade	Madeira, José Maria Pinheiro
	06	01	Unid.	Direito Empresarial Brasileiro: Teoria Geral dos Contratos	Mamede, Gladston
	07	02	Unid.	Direito Administrativo Democrático	Oliveira, Gustavo Justino
	08	01	Unid.	A (De)Limitação dos Direitos Fundamentais	Paula, Felipe de
	09	01	Unid.	O Valor da Constituição : Edição Histórica	Dantas, Ivo
	10	02	Unid.	Direitos dos Acionistas	Lobo, Jorge
	11	01	Unid.	Compêndio de Introdução a Ciência do Direito : Introdução a Teoria Geral do Direito, A Filosofia do Direito, A Sociologia Jurídica e à Lógica Jurídica : Norma Jurídica e Aplicação do Direito	Diniz, Maria Helena
	12	02	Unid.	Propriedade Intelectual : Propriedade Industrial, Direito de Autor, Software, Cultivares, Nome Empresarial	Silveira, Newton
	13	02	Unid.	Manual das Companhias ou Sociedades Anônimas – Editora Rt	Alfredo de Assis Gonçalves Neto
	14	01	Unid.	Prática Empresarial – Edit. Rt	Elisabete Teixeira V. Santos
	15	02	Unid.	CLT Prática - Edit. Rt	João Batista Santos e Marco Antônio Araujo Júnior
	16	01	Unid.	Manual de Direito Comercial V.2 – Sociedade Anônima – Mercado de Valores Mobiliários Edit. Rt	Raquel Sztajn e Vera Helena de Mello Franco
	17	01	Unid.	Prática Jurídica Civil – Edit. Rt	Darlan Barroso e Juliana Francisca Lettiere
	18	02	Unid.	Manual de Direito Processual Civil – Edit. Rt	José Manoel de Arruda Alvim Neto
	19	02	Unid.	Soluções Práticas de Direito - Edit. Rt	Nelson Nery Jr
	20	02	Unid.	Doutrinas Essenciais de Direito Empresarial - Edit. Rt	Arnold Wald



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

	21	01	Unid.	Doutrinas Essenciais de Responsabilidade Civil – Edit. Rt	Nelson Nery Jr
	22	02	Unid.	Código de Processo Civil Comentado - Edit. Rt	Nelson Nery Jr
	23	02	Unid.	Curso de Direito Processual Civil – Coleção Completa – Rev. Amp. d Atual – Editora Juspodium	Fredie Didier Jr
	24	03	Unid.	Vade Mecum – Editora Rt	
	25	02	Unid.	Curso de Direito Processual Civil – Editora Forense	Humberto Theodoro Jr
	26	01	Unid.	Curso de Direito Processual Civil do Trabalho – Editora Método	Renato Saraiva
	27	02	Unid.	Curso de Direito Administrativo – Ed. Forum	Marçal Justen Filho
	28	02	Unid.	Constituição do Brasil Comentada - Edit. Atlas	Alexandre de Moraes
	29	01	Unid.	A Apelação e Seus Efeitos – Editora Atlas	Ricardo de Carvalho Aprigliano
	30	01	Unid.	Ação de Execução na Prática – Edit. Atlas	Misael Montenegro Filho
	31	01	Unid.	Ação de Indenização na Prática – Edit. Atlas	Misael Montenegro Filho
	32	02	Unid.	Código de Processo Civil Coment. e Interpretado – Edit. Atlas	Misael Montenegro Filho
	33	01	Unid.	Curso de Direito Processual Civil – Coleção Completa – Edit. Atlas	Misael Montenegro Filho
	34	01	Unid.	Manual das Audiências Cíveis – Edit. Atlas	Misael Montenegro Filho
	35	01	Unid.	Dano Moral – Problemática: do Cabimento À Fixação do Quantum – Edit. Atlas	Nehemias Domingos de Melo
	36	01	Unid.	Prática no Processo Civil – Edit. Atlas	Gediel Claudino de Araújo Jr
	37	01	Unid.	Recurso de Agravo – Teoria E Prática	Gediel Claudino de Araújo Jr
	38	01	Unid.	Recurso Especial e Recurso Extraordinário – Edit. Atlas	Clara Moreira Azzoni
	39	01	Unid.	Curso de Direito Comercial V.1 Edit. Saraiva	Fábio Ulhoa Coelho
	40	01	Unid.	Curso de Direito Comercial V.2 Edit. Saraiva	Fábio Ulhoa Coelho
	41	01	Unid.	Curso de Direito Comercial V.3 Edit. Saraiva	Fábio Ulhoa Coelho
	42	01	Unid.	O Direito de Empresa a Luz do Novo Código Civil Edit. Renovar	Sérgio Campinho
02	43	02	Unid.	Correspondência: Linguagem e Comunicação: Oficial, Empresarial - Edit. Atlas	Odacir Beltrao
	44	01	Unid.	Pontuação Hoje: Normas e Comentários - Edit. Atlas	Odacir Beltrao
	45	01	Unid.	Manual de Redação da Folha - Editora Publifolha	
	46	01	Unid.	Manual de Redação Oficial - Editora Campus	A. Oliveira Lima
	47	01	Unid.	Manual de Redação Profissional - Editora Millennium	Jose Maria da Costa
03	48	01	Unid.	Contabilidade Pública - Editora Icone	Maria do Socorro Gomes de Amorim



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

	49	01	Unid.	Administração - Editora Cengage Learning	Richard L. Daft
	50	01	Unid.	Recursos Humanos – Editora Campus	Idalberto Chiavenato
	51	01	Unid.	Gestão de Rh Por Competências e a Empregabilidade – Editora Papirus	Aguinaldo Neri
	52	01	Unid.	Convênios Públicos – A nova Legislação – 2ª edição – Janeiro de 2012	Orzil Consultoria Ltda
	53	01	Unid.	Gestão de Projetos com o Microsoft Project 2010	ISBN: 9789727226986
	54	01	Unid.	Gestão de Projetos – As melhores práticas – Editora Bookman	Harold Kerzner
04	55	01	Unid.	<b>Java Web Services: Implementando</b> - Editora: Alta Books - Origem: Nacional - Ano: 2010 - Edição: 1- Número de Páginas: 312 - Acabamento: Brochura Formato: Médio	Martin Kalin
	56	01	Unid.	<b>Java Efetivo</b> - Editora: Alta Books - Isbn: 9788576082804 Origem: Nacional - Ano: 2008 - Edição: 2 - Número de Páginas: 320 - Acabamento: Brochura Formato: Médio	Joshua Block
	57	01	Unid.	<b>Java Concorrente Na Prática</b> - Editora: Alta Books - Isbn: 9788576082071 - Origem: Nacional - Ano: 2008 - Edição: 1 - Número de Páginas: 360 - Acabamento: Brochura - Formato: Médio	Peierls Goetz
	58	01	Unid.	<b>Coaching Agile Teams: A Companion For Scrum Masters, Agile Coaches And Project Managers In Transition</b> - Publisher: Addison-Wesley Professional; 1 Edition (May 28, 2010)	
	59	01	Unid.	<b>Stunning Css3: A Project-Based Guide To The Latest In Css (Voices That Matter)</b> - Publisher: New Riders Press; 1 Edition (December 19, 2010)	
	60	01	Unid.	CCENT/CCNA ICND 1 GUIA OFICIAL DE CERTIFICAÇÃO – 1ª Edição 2008 – ISBN 9788576081906 – Editora: Alta Books	Wendell Odom
	61	01	Unid.	CCNA ICND 2 Guia Oficial de Exame – 1ª Edição 2008 – ISBN 97885760801883 – Editora: Alta Books	Wendell Odom

Belo Horizonte, 04 de junho de 2012.

Aloizio Alves Machado  
Serviço de Patrimônio  
Masp: 1175747-3

João Bosco Torres  
Vice-presidente  
Masp: 1077454-5

Endereço: Av. Santos Dumont, 380 - CEP: 30111-040 - Belo Horizonte - MG  
TEL.: (31) 3277-2300 - FAX: (31) 3226-5579 - E-mail: [jucemq@jucemq.mg.gov.br](mailto:jucemq@jucemq.mg.gov.br)



Contribuindo para geração de riqueza e trabalho



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**LICITAÇÃO/JUCEMG - MENOR PREÇO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 15/2012 - PROCESSO 2251003 000043/2012**  
**AQUISIÇÃO DE LIVROS TÉCNICOS E JURÍDICOS**  
**ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL**

NOME EMPRESARIAL DA LICITANTE: **(Preenchimento obrigatório)**: \_\_\_\_\_

CNPJ: **(Preenchimento obrigatório)**: \_\_\_\_\_

INSCRIÇÃO ESTADUAL: **(Preenchimento obrigatório)**: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: **(Preenchimento obrigatório)**: RUA \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_

TELEFONE/FAX: **(Preenchimento obrigatório)**: \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_

E-MAIL: **(Preenchimento obrigatório)**: \_\_\_\_\_

BANCO: **(Preenchimento obrigatório)**: \_\_\_\_\_ AGÊNCIA Nº: \_\_\_\_\_ CONTA CORRENTE Nº: \_\_\_\_\_



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

LOTE	ITEM	QT	UNID.	TÍTULO DO LIVRO – EDITORA – EDIÇÃO(a mais recente)	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01	01	Unid.	Teoria da Improbidade Administrativa: Má Gestão Pública, Corrupção, Ineficiência		
	02	02	Unid.	Administração Pública		
	03	02	Unid.	As Escolas Hermenêuticas e os Métodos de Interpretação da Lei		
	04	01	Unid.	Nova Previdência Social do Servidor Público : De acordo Com as Emendas Constitucionais 41/2003 e 47/2005		
	05	02	Unid.	Servidor Público na Atualidade		
	06	01	Unid.	Direito Empresarial Brasileiro: Teoria Geral dos Contratos		
	07	02	Unid.	Direito Administrativo Democrático		
	08	01	Unid.	A (De)Limitação dos Direitos Fundamentais		
	09	01	Unid.	O Valor da Constituição : Edição Histórica		
	10	02	Unid.	Direitos dos Acionistas		
	11	01	Unid.	Compêndio de Introdução a Ciência do Direito : Introdução a Teoria Geral do Direito, A Filosofia do Direito, À Sociologia Jurídica e à Lógica Jurídica : Norma Jurídica e Aplicação do Direito		
	12	02	Unid.	Propriedade Intelectual : Propriedade Industrial, Direito de Autor, Software, Cultivares, Nome Empresarial		
	13	02	Unid.	Manual das Companhias ou Sociedades Anônimas – Editora Rt		
	14	01	Unid.	Prática Empresarial – Edit. Rt		
	15	02	Unid.	CLT Prática - Edit. Rt		
	16	01	Unid.	Manual de Direito Comercial V.2 – Sociedade Anônima – Mercado de Valores Mobiliários Edit. Rt		
	17	01	Unid.	Prática Jurídica Civil – Edit. Rt		
	18	02	Unid.	Manual de Direito Processual Civil – Edit. Rt		
	19	02	Unid.	Soluções Práticas de Direito - Edit. Rt		
	20	02	Unid.	Doutrinas Essenciais de Direito Empresarial - Edit. Rt		
	21	01	Unid.	Doutrinas Essenciais de Responsabilidade Civil – Edit. Rt		
	22	02	Unid.	Código de Processo Civil Comentado - Edit. Rt		
	23	02	Unid.	Curso de Direito Processual Civil – Coleção Completa – Rev. Amp. d Atual – Editora Juspodium		
	24	03	Unid.	Vade Mecum – Editora Rt		
	25	02	Unid.	Curso de Direito Processual Civil – Editora Forense		



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

	26	01	Unid.	Curso de Direito Processual Civil do Trabalho – Editora Método		
	27	02	Unid.	Curso de Direito Administrativo – Ed. Forum		
	28	02	Unid.	Constituição do Brasil Comentada - Edit. Atlas		
	29	01	Unid.	A Apelação e Seus Efeitos – Editora Atlas		
	30	01	Unid.	Ação de Execução na Prática – Edit. Atlas		
	31	01	Unid.	Ação de Indenização na Prática – Edit. Atlas		
	32	02	Unid.	Código de Processo Civil Coment. e Interpretado – Edit. Atlas		
	33	01	Unid.	Curso de Direito Processual Civil – Coleção Completa – Edit. Atlas		
	34	01	Unid.	Manual das Audiências Cíveis – Edit. Atlas		
	35	01	Unid.	Dano Moral – Problemática: do Cabimento À Fixação do Quantum – Edit. Atlas		
	36	01	Unid.	Prática no Processo Civil – Edit. Atlas		
	37	01	Unid.	Recurso de Agravo – Teoria E Prática		
	38	01	Unid.	Recurso Especial e Recurso Extraordinário – Edit. Atlas		
	39	01	Unid.	Curso de Direito Comercial V.1 Edit. Saraiva		
	40	01	Unid.	Curso de Direito Comercial V.2 Edit. Saraiva		
	41	01	Unid.	Curso de Direito Comercial V.3 Edit. Saraiva		
	42	01	Unid.	O Direito de Empresa a Luz do Novo Código Civil Edit. Renovar		
02	43	02	Unid.	Correspondência: Linguagem e Comunicação: Oficial, Empresarial - Edit. Atlas		
	44	01	Unid.	Pontuação Hoje: Normas e Comentários - Edit. Atlas		
	45	01	Unid.	Manual de Redação da Folha - Editora Publifolha		
	46	01	Unid.	Manual de Redação Oficial - Editora Campus		
	47	01	Unid.	Manual de Redação Profissional - Editora Millennium		
03	48	01	Unid.	Contabilidade Pública - Editora Icone		
	49	01	Unid.	Administração - Editora Cengage Learning		
	50	01	Unid.	Recursos Humanos – Editora Campus		
	51	01	Unid.	Gestão de Rh Por Competências e a Empregabilidade – Editora Papirus		
	52	01	Unid.	Convênios Públicos – A nova Legislação – 2ª edição – Janeiro de 2012		
	53	01	Unid.	Gestão de Projetos com o Microsoft Project 2010		
	54	01	Unid.	Gestão de Projetos – As melhores práticas – Editora Bookman		
04	55	01	Unid.	<b>Java Web Services: Implementando</b> - Editora: Alta Books - Origem: Nacional - Ano: 2010 - Edição: 1- Número de Páginas: 312 - Acabamento: Brochura Formato: Médio		
	56	01	Unid.	<b>Java Efetivo</b> - Editora: Alta Books - Isbn: 9788576082804 Origem: Nacional - Ano: 2008 - Edição: 2 - Número de Páginas: 320 - Acabamento: Brochura Formato: Médio		



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

57	01	Unid.	<b>Java Concorrente Na Prática</b> - Editora: Alta Books - Isbn: 9788576082071 - Origem: Nacional - Ano: 2008 - Edição: 1 - Número de Páginas: 360 - Acabamento: Brochura - Formato: Médio		
58	01	Unid.	<b>Coaching Agile Teams: A Companion For Scrum Masters, Agile Coaches And Project Managers In Transition</b> - Publisher: Addison-Wesley Professional; 1 Edition (May 28, 2010)		
59	01	Unid.	<b>Stunning Css3: A Project-Based Guide To The Latest In Css (Voices That Matter)</b> - Publisher: New Riders Press; 1 Edition (December 19, 2010)		
60	01	Unid.	CCENT/CCNA ICND 1 GUIA OFICIAL DE CERTIFICAÇÃO – 1ª Edição 2008 – ISBN 9788576081906 – Editora: Alta Books		
61	01	Unid.	CCNA ICND 2 Guia Oficial de Exame – 1ª Edição 2008 – ISBN 97885760801883 – Editora: Alta Books		
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA – R\$</b>					

**NO VALOR TOTAL DA PROPOSTA** acima indicado, estão incluídos todos os itens de despesas, seja qual for o seu título ou natureza, entre os quais os relativos a tributos, encargos fiscais, comerciais; seguros; serviços de transporte (vertical e horizontal), externo e no interior do prédio-sede da JUCEMG e tudo aquilo que se fizer necessário ao perfeito fornecimento de que trata esta proposta e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto desta proposta, ficando a cargo, única e exclusivamente desta proponente, de forma que toda a responsabilidade, em relação ao fornecimento de que trata esta proposta, prevista na legislação pertinente e vigente é desta proponente, não sendo em hipóteses alguma, transferidas para a JUCEMG.

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** O pagamento deverá ser efetuado nos termos estabelecidos no item 16 do Edital de Pregão Eletrônico nº 15/2012.

**VALIDADE DA PROPOSTA:** Mínimo 60 (sessenta) dias corridos:

(Preenchimento obrigatório)

**PRAZO DE ENTREGA:** Máximo de 10 (dez) dias contados da data de assinatura e retirada da Autorização de Fornecimento:

(Preenchimento obrigatório)



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**LOCAL DE ENTREGA:** Prédio-Sede da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, na Av. Santos Dumont, 380 – Centro - Belo Horizonte - Minas Gerais – Biblioteca da Jucemg

**DIA E HORA DE ENTREGA:** De segunda a sexta-feira, em dias de expediente da JUCEMG, no horário de 9:00 às 17:00 horas.

Declaramos conhecer todas as exigências jurídicas e técnicas, necessárias à participação nesta licitação, bem como, para o fornecimento dos bens de que se trata, a elas podendo atender plenamente, sem qualquer ressalva.

Declaramos conhecer e aceitar de forma integral e irretroatável, todas as exigências do Edital de Pregão nº 15/2012 e seus anexos, a elas nos submetendo sem qualquer ressalva.

**OBSERVAÇÕES:** (Preenchimento opcional):

**Local e Data** (Preenchimento obrigatório pela licitante): \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2012.

Assinatura e carimbo do representante legal da licitante (Obrigatório):



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## LICITAÇÃO/JUCEMG - MENOR PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 15/2012 - PROCESSO 2251003 000043/2012

### AQUISIÇÃO DE LIVROS TÉCNICOS E JURÍDICOS

#### ANEXO III – DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº \_\_\_\_\_/ 2012

\_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade \_\_\_\_\_,  
Representante Legal da empresa \_\_\_\_\_ CNPJ número \_\_\_\_\_, sediada no  
município de \_\_\_\_\_, à Rua/Avenida \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_  
**DECLARA**, sob as penas da Lei, que, até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no  
presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

#### DECLARAÇÃO DE MENORES

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº \_\_\_\_\_/ 2012

\_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade número \_\_\_\_\_, Representante  
Legal da empresa \_\_\_\_\_ CNPJ número \_\_\_\_\_, sediada no  
município \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, à Rua/Avenida  
\_\_\_\_\_, número \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_ **DECLARA**, sob as  
penas da Lei, a inexistência de trabalho noturno, insalubre ou perigoso por menores de 18 (dezoito) anos ou a  
realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da  
Lei.

Local e data:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Diretor ou Responsável Legal



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## LICITAÇÃO/JUCEMG - MENOR PREÇO

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 15/2012 - PROCESSO 2251003 000043/2012**

**AQUISIÇÃO DE LIVROS TÉCNICOS E JURÍDICOS**

**ANEXO IV - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**

SIAD – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO

PAG.:

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DATA: \_\_/\_\_/\_\_

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

ORGÃO/ANO:

Processo:

-----

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2012 – PROCESSO 2251003 000043/2012

Órgão/Entidade : JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Unidade de Compra:

CNPJ: 17.486.275/0001-80

SENHOR FORNECEDOR:

Não emitir Cobrança bancária, os nossos pagamentos são efetuados através de Ordem de Pagamento direto para sua Conta Corrente.

Fornecedor: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Endereço : \_\_\_\_\_

TEL: ( \_\_ ) \_\_\_\_ - \_\_\_\_ FAX: ( \_\_ ) \_\_\_\_ - \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SIAD – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO  
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

PAG.:  
DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_  
ORGÃO/ANO:

Processo:

( Relatório não possui anexos )

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2012 – PROCESSO 2251003 000043/2012

Órgão/Entidade: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Unidade de Compra:

CNPJ: 17.486.275/0001-80

SENHOR FORNECEDOR:

Não emitir Cobrança bancária, os nossos pagamentos são efetuados através de Ordem de Pagamento direto para sua Conta Corrente.

Processo

---

NUM. ITEM DE	QUANTIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR
ITEM MATERIAL	PEDIDO	PROPOSTA		TOTAL

0001	_____	_____	_____	_____
Valor total por extenso: _____				
( _____ )				

Especificação sucinta:

\_\_\_\_\_;

Complemento:

\_\_\_\_\_;

Marca/Modelo: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Valor total da autorização : \_\_\_\_\_

Valor total por extenso: \_\_\_\_\_  
( \_\_\_\_\_ )

Número do Empenho: \_\_\_\_\_ Data do Empenho: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Unidade Executora : \_\_\_\_\_

Valor da Operação : \_\_\_\_\_ ICMS a Recuperar: \_\_\_\_\_



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SIAD – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO  
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

PAG.:  
DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_  
ORGÃO/ANO:

Processo:

(Relatório não possui anexos )

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2012 – PROCESSO 2251003 000043/2012

Órgão/Entidade: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Unidade de Compra:

CNPJ: 17.486.275/0001-80

SENHOR FORNECEDOR:

Não emitir Cobrança bancária, os nossos pagamentos são efetuados através de Ordem de Pagamento direto para sua Conta Corrente.

### CONDIÇÕES PARA ENTREGA

1. Garantia: MESES A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO
2. Assistência Técnica: no local de entrega dos bens.
3. Prazo de Entrega: DIAS APÓS ASSINATURA E RETIRADA DESTA AF.
4. Condições de Pagamento: Conforme Item 16 do Edital de Pregão Eletrônico nº 15/2012
5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome de:  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
6. Conforme previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº 15/2012, itens 12 e 13, a inadimplência por atraso na entrega do material acarretará ao fornecedor as penalidades ali estabelecidas.
7. O pagamento será efetuado pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS.
8. O recebimento provisório e definitivo dos bens será efetivado nos termos estabelecidos no item 15 do Edital de Pregão Eletrônico nº 15/2012, que é parte integrante desta Autorização de Fornecimento.
9. A data de recebimento do bem constituirá fator para atestar o cumprimento dos prazos constantes da proposta e aferições dos atrasos, se for o caso, para aplicação das penalidades previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 15/2012.
10. Esta Autorização de Fornecimento é regida pela lei federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações. Resolução n. 032, de 03 de maio de 2001 e demais normas aplicáveis, estando vinculado ao empenho emitido pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

11. Torna-se implícito que o Fornecedor, ao assinar e receber esta Autorização de Fornecimento, concorda integralmente com os termos nela contidos e com as instruções que porventura a acompanhem.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Aprovação pela Unidade de Compra

\_\_\_\_\_  
Assinatura